

# Xakriabá – cultura, história, demandas e planos<sup>1</sup>

Rita Heloísa de Almeida<sup>2</sup>

*Resumo* - Este artigo foi escrito com intuito de reunir informações sobre o povo indígena Xakriabá coligidas em estudos antropológicos e documentos administrativos. Em termos lingüísticos, situa a ancestralidade Xakriabá associada aos Akuên Xavánte e Xerénte. Historicamente, relaciona-os aos movimentos colonizadores no vale do São Francisco e à aliança que fizeram com os primeiros povoadores do norte de Minas Gerais no combate aos Kayapó meridionais. Reconstitui a história da doação de suas terras, a espoliação a que foram sujeitos ao longo do século XIX e princípio do XX, e as lutas reivindicatórias travadas para alcançarem a regularização das terras indígenas Xacriabá e Rancharia. Com esse pano de fundo, é discutido o momento atual da etnia, suas carências e dificuldades, suas demandas e planos à luz dos novos dados coletados nas oficinas realizadas com os Xakriabá em suas terras e aldeias por técnicos da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas e da Administração Executiva Regional da Funai em Governador Valadares, em 2005.

*Palavras-chave:* Xakriabá. História. Etnologia. Pesquisa de opinião.

No *Handbook of South American Indians* (1946), Lowie define os Shacriabá<sup>3</sup> como filiados ao tronco lingüístico Ge, subdivisão Akwẽn e originários da parte meridional das terras entre o rio São Francisco e o rio Tocantins<sup>4</sup>. Em *Línguas Brasileiras* (1986), Aryon Dall'Igna Rodrigues relaciona esse grupo indígena ao Xavánte e ao Xerénte, como integrantes da Família Jê. A mesma opinião possui Julio Cesar Melatti (1993), que classifica no tronco lingüístico Macro-Jê, Família Jê, língua Akuên, os dialetos Xerénte, Xavánte e Xakriabá, sendo este não mais falado. Na cartografia

etnográfica, Melatti situa a ocupação tradicional Xakriabá ao longo do rio São Francisco, na divisa entre a Bahia e Minas Gerais<sup>5</sup>.

Os povos Akwên, segundo Darcy Ribeiro (1977) “ocupavam originalmente a bacia do Tocantins, desde o sul de Goiás até o Maranhão, estendendo-se do Rio São Francisco ao Araguaia.”<sup>6</sup> Darcy Ribeiro não menciona os Xakriabá quando escreve sobre os Akwên tratando especificamente dos Xavante e dos Xerente. Contudo, ao descrever o território ancestral, indica a região do São Francisco como extensão da ocupação original, corroborando o entendimento etnológico e linguístico de que os Xakriabá integram a Família Akwên. Esta proximidade cultural constitui um desafio aos lingüístas e uma esperança para os Xakriabá de que é possível recuperar o conhecimento de sua língua.

Sobre a etnia e localização, Milliet Saint-Adolphe (1845) afirma que os Xakriabá espalhavam-se por uma área que abrangia as Províncias de Pernambuco, Bahia e Minas, além do território goiano<sup>7</sup>. Oliveira Viana os situa no alto e médio Tocantins e também considera que sejam parentes dos Xerente e Xavante. Aires do Casal (1817) afirma que vieram para o Triângulo Mineiro, sendo seu habitat original a terra que margeia o rio Preto nos sertões ocidentais pernambucanos<sup>8</sup>. Ehrenreich (1892) os localiza na margem esquerda do rio São Francisco, entre 16° e 18°, e, tal como outros estudiosos, relaciona os Xakriabá, em termos linguísticos, aos Xavante e Xerente<sup>9</sup>. Saint-Hilaire (1819)<sup>10</sup>, ao visitar os Xakriabá da aldeia de Santana, localizada no Triângulo Mineiro, observou um aspecto marcante na história desses índios: terem auxiliado os colonizadores desta região contra os ataques dos Kayapó meridionais. Este é um fato reiterado na história de contato

dos Xakriabá – o de terem estabelecido alianças e prestado serviços militares ao homem branco nos movimentos de consolidação da conquista.

No mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes de Curt Nimuendaju (1944)<sup>11</sup>, o nome Šakriabá está associado à Família lingüística Ge, sendo identificado, em termos espaciais, em locais distantes, principalmente a partir do século XVIII e datados em breves períodos de ocupação. Estas referências indicam que há pelo menos duas formas de ocupação Xakriabá registradas na cartografia histórica e etnográfica de Nimuendaju: a que localiza a terra de ocupação tradicional e a que indica os sucessivos deslocamentos que os Xakriabá foram levados a fazer em decorrência das alianças e serviços prestados nos aldeamentos em que estiveram, ou seja, a região entre os rios Urucuia e Paracatu, afluentes da margem esquerda do São Francisco durante o século XVIII; a região do rio Palma, afluente da margem direita do Tocantins, em Goiás, cuja ocupação ocorreu entre 1751 e 1756; e a região do rio Gurgeia, afluente da margem direita do Parnaíba, entre Bahia e Piauí (1819).

Estas localizações acima pontuadas delineiam o itinerário histórico das relações dos Xakriabá com os colonizadores desde as primeiras penetrações ao território original, quando, genericamente, foram identificados como Tapuia pelo Jesuíta João Aspicuelta Navarro, nos anos de 1553 e 1555, enquanto este percorria o vale do São Francisco, o norte de Minas e o interior da Bahia. Notícias específicas passam a surgir com o crescente interesse pela ocupação pastoril do médio São Francisco. O bandeirante Matias Cardoso de Almeida é convocado a debelar índios que se refugiavam ao longo

do rio São Francisco. Matias Cardoso teria encontrado os Xakriabá, vencendo-os na guerra e transformando-os em mão-de-obra escrava para a abertura de fazendas e a fundação do arraial de N. S. da Conceição de Morrinhos<sup>12</sup>. Por ocasião da fundação de uma nova fazenda, Nossa Senhora do Amparo do Brejo Salgado, erguida sobre a aldeia indígena de Tapiraçaba, hoje Januária<sup>13</sup>, os Xakriabá são forçados a se deslocar para o rio Urucuia<sup>14</sup>.

Na segunda década do século XVIII, eles são convocados a se aliar ao mestre de campo Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso, nos confrontos bélicos contra o inimigo em comum – os Kayapó. Em reconhecimento aos serviços militares prestados, ganham liberdade e um lote de terras delimitado pelos rios Itacarambi, Peruaçu e São Francisco, pela Serra Geral e Boa Vista<sup>15</sup>. Esta doação é, ao mesmo tempo, carta de nascimento de um povo e conquista de um território. Conforme Schettino (1999): “o documento de doação soa como uma constituição para os índios e denota a presença de uma missão com um aldeamento no Riacho do Itacarambi, a ‘Missão do Sr. São João’<sup>16</sup>.

Os primeiros habitantes brancos da região compreendida entre os municípios de São Romão e Manga foram os paulistas Matias Cardoso de Almeida e Manoel Francisco de Toledo. Eles foram os conquistadores e os povoadores do médio São Francisco. Quando Saint-Hilaire, naturalista francês, percorreu a região do norte de Minas, ao longo do rio São Francisco, no início do século XIX, encontrou-se com os descendentes de Matias Cardoso e deles tomou conhecimento de que a tribo encontrada pelos conquistadores foi a dos Xacriabá<sup>17</sup>, com quem guerrearam, a quem escravizaram, retirando-lhes a terra, e com quem fizeram concessões até chegarem

à convivência pacífica, há bem pouco tempo estabelecida. Relata Saint-Hilaire, em 1817, identificando deste modo os índios habitantes da região:

Atualmente não se vêem mais índios nos arredores do Capão. Os descendentes daqueles que antigamente habitavam essas terras retiravam-se para outros lugares, mas sempre às margens do Rio [São Francisco], e edificaram uma aldeia que tem o nome de São João dos Índios. Esses índios fundiram-se com negros e mestiços; todavia, por ocasião de minha viagem, reclamavam do Rei o privilégio de serem julgados por um dentre eles, regalia que a lei não concede, creio, senão aos índios puros<sup>18</sup>.

Em 1912, o Cônego Maurício Gaspar, em visita pastoral à região da Missão de São João dos Índios, observou a existência de pequeno arraial constituído por uma população predominantemente “cabocla”. O arraial era formado por duas ruas e uma pequena praça, tendo no fundo a igreja de São João.

Relata o cônego que, estando em São João das Missões, foi chamado às pressas para administrar os últimos sacramentos ao velho índio Theophilo de tal. Nas palavras do visitante religioso:

Foi o primeiro Cayapó que tivemos ocasião de ver, logo ao entrar na antiga aldeia. O velho índio, ao que me contaram, fez parte, há trinta annos de um grupo de Cayapós, patricios seus, armados de flechas, resolvidos a ir ao Rio de Janeiro para apresentarem as suas queixas a Sua Magestade o Imperador D. Pedro II (...). Com effeito, os descendentes dos habitantes das selvas foram muito bem recebidos na Corte Imperial e, depois de muito mimoseados trouxeram ordens para as autoridades da

comarca de Januária, afim de que fizesse valer os seus direitos contra os invasores de suas terras<sup>19</sup>.

A aldeia São João dos Índios é hoje São João das Missões. O traçado do aldeamento continua presente no planejamento da praça central desta pequena cidade.

Os outros pontos de localização dos Xakriabá indicados no mapa de Nimuendaju são a aldeia Formiga e a aldeia Santana. Não foram experiências de ocupação tradicional e espontânea. Em 1754 os Xakriabá foram instalados na aldeia de Formiga para uma experiência de convívio interétnico, mas, em pouco tempo, refugiaram-se nas matas (o que quase sempre vem a significar um retorno às regiões de origem). A aldeia de Santana situada entre o Rio das Velhas e o Paranaíba, no Triângulo Mineiro, era freqüentemente atacada por Kayapó meridionais. Em face desta situação, os moradores da região planejaram trazer índios catequizados em Goiás, que fossem tradicionais inimigos dos Kayapó, para auxiliá-los na represália a esses ataques. Entre 1741 e 1775, a aldeia de Santana recebe os índios Bororó, vindos de Cuiabá, além de Paresi e Karajá. Em 1775 chegam os Xakriabá substituindo as etnias antecessoras. Saint-Hilaire, visitando o grupo Xakriabá da aldeia de Santana, entre 1816 e 1819, estima em torno de 262 índios dedicados à agricultura, caça e pesca. Descreveu-os conservando “o temperamento dos índios”, que no entender do viajante europeu delineava o perfil de pessoas apáticas, pouco afeitas ao trabalho regular, fazendo da caça e da pesca os seus meios de sobrevivência<sup>20</sup>. No princípio do século XIX, Saint-Hilaire coletou amostra de palavras da língua Xakriabá; seus comentários assinalam um processo de desuso e esquecimento da língua. Em 1846, Santana do Rio das Velhas ainda abrigava 424 índios.

Não há referência na bibliografia compulsada neste trabalho à continuidade de Xakriabá nas aldeias de Formiga e Santana. As duas aldeias configuram experiências em que a finalidade estratégica dos aldeamentos foi transitória, condicionada a conjunturas e políticas específicas, cessando ao sinal de mudança. Formiga e Santana eram aldeias vizinhas à rota de comércio colonial ligando Goiás a São Paulo. Estes aldeamentos deram suporte aos viajantes que cruzavam o Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro, freqüentemente ameaçado pelos Kayapó e Akroá.

Os Xakriabá tiveram participação estratégica na conquista do vale do São Francisco e a doação da faixa de terras foi um reconhecimento aos serviços prestados em guerra ao potentado Januário Cardoso.

A terra de ocupação tradicional Xakriabá relacionada à doação está situada no norte de Minas Gerais, especificamente, entre os rios Peruaçu e Itacarambi, afluentes da margem esquerda do rio São Francisco. Uma ocupação tradicional que chega aos nossos dias, a despeito das adversidades que os índios tiveram de enfrentar para fazer valer seus direitos territoriais.

Nos séculos XIX e XX, sofrem sucessivas perdas das terras relativas a esta doação. Violência e abuso de poder local levam um grupo de Xakriabá a organizar uma viagem ao Rio de Janeiro para pedir justiça ao Imperador e garantias legais sobre “os terrenos doados aos índios das missões”<sup>21</sup>. Daí em diante seria permanente a presença de forasteiros, porém nem sempre estes constituíram ameaça aos índios. Muitos retirantes do Nordeste, brancos pobres e negros “forros” ou “fugidos” vieram viver na região reconhecida por todos como o “terreno dos caboclos”. Enquanto minorias sociais

fariam convivência com o Xakriabá, em termos de alianças e casamentos interétnicos<sup>22</sup>. Muitos destes nordestinos receberam a permissão dos chefes indígenas para fazer roças e casas dentro do “terreno dos caboclos”. Com o tempo, os descendentes destas pessoas que integraram o mundo Xakriabá passaram a reclamar direitos de propriedade sobre a terra onde produziam, o que veio a ser a semente de muitos atritos e disputas fundiárias entre os índios e posseiros na primeira década do século XX<sup>23</sup>.

Na mesma ocasião, emerge outra ameaça vinda de elites agrárias em formação. A Lei de Terras de 1850 foi o primeiro instrumento de ordenação da estrutura fundiária no Brasil. Mediante procedimentos públicos, a primeira Lei de Terras estabelecia normas para que os interessados se manifestassem sobre a posse e o domínio de terras. Para aqueles que não se apresentassem, perderiam os direitos. Foi o momento em que, aproveitando-se do absoluto desconhecimento de posseiros iletrados, tais elites articuladas às corporações cartoriais apresentaram-se como possuidoras, obrigando os verdadeiros donos a se retirarem ou a se submeterem como agregados<sup>24</sup>. Devido a essas pressões<sup>25</sup> e em consequência de a lei de 1850 exigir registro de terrenos de aldeamentos indígenas por Diretores de índios, os Xakriabá decidem formalizar a doação de 1728 fazendo o registro na comarca de Januária e na cidade de Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, em 1856. Em 19 de abril de 1856 foi registrada no livro paroquial de Januária a seguinte declaração:

Eugênio Gomes de Oliveira por si e por todos os Índios de São João das Missões, declara que possuem desde o Riacho do Itacarambi acima até a cabeceira e vertentes e descanso (sic), extremando na serra Geral, e para parte do



Peruguaçu extremando na Boa Vista, onde desagua para cá, como os ditos Índios por ordem de Sua Majestade<sup>26</sup>.

A situação fundiária agrava-se com a crescente valorização da terra no século XX. Nos anos sessenta, a notícia de que haveria inclusão de algumas aldeias indígenas em um projeto de desenvolvimento agrícola promovido pela Ruralminas chama a atenção de grandes fazendeiros e grupos empresariais. É o tempo em que se acentua o processo de grilagem de terras com emprego de formas de intimidação para convencer os índios a vender posses individuais e assim aumentar a fragmentação do terreno da doação em mãos de terceiros.

Episódios dramáticos do litúgio fundiário ainda estão gravados na memória dos Xakriabá contemporâneos e devem atuar fortemente sobre as novas gerações quando pensam nas lutas passadas e imaginam as perspectivas futuras. Trata-se da invasão de Rancharia por um fazendeiro e a construção de um “cural de varas”. Este ato inaugurava uma modalidade nova de invasão. Antes, o posseiro pedia permissão aos índios para estabelecimento de roças e moradias, ou, por meio do casamento, passava a explorar uma porção de terra. Desta vez é uma invasão. Sem consultar e obter a permissão dos índios, o fazendeiro construiu um curral de varas em sítio considerado sagrado. A reação dos índios foi imediata, ateando fogo ao curral de varas. Em represália ao incêndio, os índios sofrem a mais longa e cruel perseguição. O episódio é contado como se fosse uma guerra em que os envolvidos foram duramente perseguidos, sofreram violências físicas e muitos foram mortos, e que com isso as lideranças se dispersaram para lugares distantes da contenda<sup>27</sup>. Foi um tempo em que, paralelamente aos processos

de espoliação da terra, os índios, decerto em nome da sobrevivência física, restringiram suas crenças religiosas e seus rituais. O trauma da perseguição sofrida teve o efeito de silenciar uma cultura.

Importante perceber que, a cada investida contra as terras, houve uma correspondente tomada de defesa pelos índios. Na década de 1930, novas invasões ocorrem na forma de requerimentos e oficialização de posses dentro dos limites da doação do terreno, tudo como se fossem procedimentos legais regulares. Os índios respondem recorrendo a um advogado e mais uma vez registram em cartório o termo de doação de 1728<sup>28</sup>. Nos anos 40, novas ameaças sobre as terras doadas aos Xakriabá se concretizam, por meio da Lei 550 de 1949. Os índios perdem o controle das terras, que se tornam devolutas, passíveis de serem adquiridas por meio da Fundação Rural Mineira – Ruralminas, responsável pela regularização das terras devolutas. Além de perderem os direitos territoriais como donos ou herdeiros, as famílias indígenas foram excluídas pelos próprios mecanismos de aquisição de terra por intermédio da Ruralminas, ironicamente, por não preencherem as condições necessárias como pagar taxas para receber parcelas de terra. Esta situação desorientou muitas famílias indígenas que, confusas e sem poder pagar as taxas, viram-se obrigadas a vender o direito de áreas de moradia e roça por quantias irrisórias, às vezes sob intimidações, ingestão de bebidas e mentiras de que o Estado viria de qualquer modo tomar suas terras e, assim, assustados, desconhecendo as leis, com medo de perder tudo, cediam ao assédio convincente do grileiro. Em 1971, o funcionário da Funai, Ney Land, possuía uma visão clara do litígio fundiário :

Apuramos que várias são as causas da agitação na área. Sem orientação da Funai ou do extinto SPI, nunca lá se fixaram, os remanescentes, pressionados a cano de revólver por fazendeiros, venderam ficticiamente suas posses que são legalizadas nos tabeliões das cidades. Com isso, os fazendeiros invadem a área indígena cercando as propriedades dos remanescentes obrigando-os a se retirarem com suas famílias, do que eles chamam de ‘suas terras’. Tocaias são feitas para impedir que os remanescentes cheguem a Brasília para se queixarem<sup>29</sup>.

O fim dos anos 1960 e o início de 1970 é o período em que os Xakriabá enviaram representantes à Funai em Brasília para pedir proteção física e a recuperação de direitos em vias de serem perdidos sobre as suas terras tradicionais. O posto indígena Xakriabá é criado pela Funai, em dezembro de 1973, para coibir ações de intimidação e violência como a que ocorreria até mesmo com a própria sede do posto, que seria, três anos depois, invadida e metralhada por policiais civis. A presença do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), na região desde o final dos anos sessenta, foi decisiva, fornecendo aos índios orientação legal sobre seus direitos e apoio necessário às lutas de reafirmação étnica e defesa da terra que foram fundamentais ao seu ânimo em meio a situações de verdadeiro estado de guerra.

Em 1979 a Funai demarca a terra indígena Xakriabá e, em 14 de julho de 1987, o Decreto Presidencial n.º 94.608 homologa a demarcação da terra indígena, não sem antes registrar assassinatos de líderes indígenas, como o de Rosalino Gomes de Oliveira, morto covardemente por pistoleiros contratados por fazendeiros em sentimento terminal de vingança aos ganhos na Justiça em nome

dos índios. Mataram lideranças que tiveram a coragem de levar ao conhecimento da Funai em Brasília as arbitrariedades que se cometiam pela tomada das terras dos índios.

Concluía-se assim, parcialmente, um longo processo que já reconhecia o erro de ter excluído Rancharia e uma série de famílias indígenas relacionadas a esta região. Desde os anos 70, os documentos de reivindicação do grupo encaminhados à Funai expressavam a vontade de uma unidade política na busca de soluções territoriais, mas eram trazidos por comitivas constituídas por representantes de localidades distintas. Entre estes se destacavam Brejo do Mata Fome (onde situa-se o Posto Indígena) e Rancharia. Por ocasião dos estudos de identificação e delimitação da terra indígena Xakriabá, instituídos pela Portaria n.º 424/E de 3 de agosto de 1978, Rancharia não foi incluída, sobrevivendo daí uma pressão fundiária sobre a mesma. Curiosamente, este estudo considerou Rancharia e adjacências como área Xakriabá e realizou recenseamento de pessoas moradoras de lugares relacionados à Rancharia, totalizando 51 famílias, distribuídas em Caatinginha, Sítio, Morrinho, Barreiro, Catito e Boqueirão<sup>30</sup>. Apesar de estar inserida nos estudos gerais de 1978, a área de Rancharia é excluída do perímetro da terra indígena. Comentando os resultados destes estudos, Maria Hilda Barqueiro Paraíso observa que não foram incluídas áreas como:

(...)a lagoa de Jaíba, local considerado sagrado pela comunidade, as margens do Rio São Francisco, onde encontravam a mata de jurema, componente essencial para a realização do ritual, além das localidades de Rancharia, Boqueirão e Missões, onde vivem inúmeras famílias indígenas<sup>31</sup>.

Novos estudos, realizados pelos antropólogos Marco Paulo Fróes Schettino e Cloude de Souza Correia, delimitando uma área de 6.600 ha e 36 km de perímetro, atendem e corrigem uma falha percebida pelo próprio engenheiro, membro do GT de 1978, José Jaime Mancin, ao comentar em seu relatório sobre os serviços topográficos que “(...)a área eleita pelos índios é grande e o que está demarcado talvez não represente 1/3 de todo o seu território de direito(...)”<sup>32</sup>.

A Terra Indígena Xakriabá, somada à Terra Indígena Rancharia, recentemente foco de estudos de identificação e delimitação, reproduzem a doação de terra procedida em 1728 por Januário Cardoso de Almeida, mas não toda a extensão. Há porções de terra excluídas que vem sendo reivindicadas por índios contemporâneos, principalmente aqueles que presentemente vivem na periferia da cidade de São João das Missões. Trata-se de diversas demandas fundiárias apresentadas por distintos grupos Xakriabá. Uma delas apresentada na primeira oficina realizada em Pindaíbas está relacionada ao Parque Cavernas do Peruaçu. Na terceira oficina realizada em Rancharia, esteve presente o grupo que vive na periferia urbana de São João das Missões, liderado por Santo Caetano, que reivindica a porção de terra denominada Catito, excluída da delimitação da Terra Indígena Rancharia.

Alguns anos depois, escrevendo o relatório de levantamento prévio em atenção à solicitação de indígenas Xakriabá, Marco Paulo Schettino explica que a exclusão de Catito da delimitação foi causada pela proibição imposta pelo dono do imóvel, de que a Funai procedesse à vistoria, de modo que esta antiga ocupação (onde há vestígios de cemitério e moradias indígenas) foi, em termos históricos

e antropológicos, mencionada no relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Rancharia, mas não foi inserida no perímetro delimitado.

Demandas como esta do Catito somam-se às que foram registradas no levantamento prévio de Schettino (2002), como a área do córrego Traíras, a área do Remanso, a cidade de Missões e a área do Dizimeiro. Explicando que, muitas vezes, um pleito fundiário é encaminhado por “subgrupo” em separado, sem conhecimento e assentimento dos demais, Schettino sugere um levantamento de todas essas demandas, hoje apresentadas como assuntos estanques, considerando a possibilidade de atendimento das reivindicações, em conjunto, e em um único estudo de revisão dos limites das duas Terras Indígenas Xacriabá e Rancharia já demarcadas<sup>33</sup>.

Durante as oficinas foi possível observar como os Xacriabá acolhiam a iniciativa da Funai com gratidão. Por meio dos estudos antropológicos e relatos administrativos estava patente que os embates históricos enfrentados por esses índios haviam municiado o grupo, em geral, e as pessoas, em particular, de um modo sereno, maduro de enfrentar problemas, buscando soluções que demonstram ser, antes de tudo, decisões consensuais tomadas no exercício de uma sólida organização social e política, calcada no sentimento de que provêm de uma mesma história.

Estas observações foram tomadas em nove dias de oficinas (21 a 29 de setembro de 2005), preparadas pela Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas e a Administração Regional de Governador Valadares, no intuito de iniciar um levantamento amplo sobre todos os povos indígenas que vivem no Brasil.

A proposta da CGEP é renovar as fontes de informação da Funai, procedendo a estudos e levantamentos sobre a realidade dos povos indígenas, seja na forma de reunião com debate e apresentação dos resultados das discussões, seja na forma de entrevistas particulares, participação em eventos culturais indígenas e observações tomadas em pesquisas de campo. Acredita-se que uma orientação do órgão voltada a considerar a situação em que vivem os índios e ouvir sua opinião, na formulação de leis, políticas e programas de seu interesse, está em acordo com as atribuições da Funai, em particular da Coordenação de Estudos e Pesquisas: “(...)coordenar programas de estudos e pesquisas de campo, nas áreas de Etnologia Indígena e Indigenismo(...)”. Sendo uma das finalidades do órgão, prevista no Estatuto da Funai: “(...)promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio, visando à preservação das culturas e à adequação dos programas (...)”<sup>34</sup>.

Xakriabá é um povo numeroso. Segundo os dados do Siasi-Funasa (Fundação Nacional de Saúde) divulgados em 21/3/2005, a etnia Xakriabá soma cerca de 5.753 pessoas<sup>35</sup>, que vivem no município de São João das Missões, em 29 aldeias espalhadas nas duas terras demarcadas: Xacriabá (46.414,9242 ha e 94,388 km) e Xakriabá Rancharia (6.798,3817 ha e 36.397,29 km). Estes dados populacionais são atualizados pela Fundação Nacional de Saúde através da ficha do cadastro da família indígena preenchida durante o atendimento a cada índio. Não há estudos de quantos são os Xakriabá que vivem em cidades ou estão envolvidos com trabalhos sazonais em fazendas nos estados vizinhos, principalmente São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Pode-se afirmar que a participação do povo Xakriabá foi muito significativa. As listas de presença nas quatro oficinas realizadas em aldeias dentro da terra indígena informam um número de 296 participantes. Destes, 173 preencheram as fichas de avaliação entregues pela equipe da Funai para conhecer os efeitos das oficinas sobre os índios. Entre os participantes convidados para as oficinas, 143 responderam aos questionários.

É importante assinalar que nem todos assinaram as listas de presença ou preencheram os questionários, por não saberem ler e escrever, mas estiveram atuantes, fazendo desenhos ou sugerindo ao desenhista ou escrivão do grupo o que deveriam apresentar à Funai como problema de sua comunidade. Pessoas com mais de 70 anos participam das estatísticas com número de 4%.

Foram recolhidos questionários e desenhos produzidos durante as oficinas, nos quais fica bem expresso o que pensa e sente o povo Xakriabá, por meio de seus anciãos, crianças, jovens, homens e mulheres. Todos participaram de forma muito atuante. Os diagramas e gráficos preparados por Xanda Miranda, a partir da análise dos questionários preenchidos, mostram uma distribuição equitativa das faixas etárias, sendo as mais representativas a de 21 a 30 anos e a de 31 a 40 anos, constituindo as duas a fase ativa do ciclo de vida humano. Neste contingente pesquisado, é majoritária a participação masculina (59%), a presença da mulher é expressiva (38%), os demais não assinalaram o sexo no questionário.

Vale destacar alguns comentários que confirmam o perfil de uma sociedade indígena equilibrada e de índole pacífica, o que não quer dizer que perderam o ânimo de luta de seus pais e avós na reconquista da terra, ou seja, 35% dos que responderam ao



questionário afirmaram que a comunidade não costuma punir. A maioria opinou que não houve envolvimento (66%), ou pelo menos não sabe (27%), da presença de jovens indígenas em atividades criminosas mais pesadas; em tráfico ilegal (55% afirma que não há; 38% não sabe) ou pequenos delitos (39% não há; 43% não sabe). Como também a maioria opinou que não foram registrados casos de assassinatos por índios (41% não há; 23% não sabe) ou de atividades ilegais por não indígenas no interior ou no entorno da terra indígena (24% não há; 59% não sabe).

As relações interétnicas não são mais norteadas pelo conflito fundiário: 35% opinam que não há violência entre índios e não-índios por terra; ou, não sabem se há violência entre índios e não-índios por questões de terra (45%). Do mesmo modo, com resultado semelhante, foram as perguntas relativas à violência sexual (contra meninos, 62% opinam que não houve; contra meninas, 49% afirmam que não houve), violência dentro da comunidade (27% disseram que não há, mas 32% afirmaram que sim, pouca), violência doméstica (27% não há, mas 23% assinalaram que sim, pouco). Em suma, sobre estes itens em torno da violência, prevaleceu a resposta que expressava a opinião de que estes problemas não são centrais no cotidiano do povo Xakriabá.

Um índice revelou-se preocupante e certamente causador de conflitos e do uso de violência dentro da comunidade ou no âmbito doméstico. É o alcoolismo: 76% dos participantes que preencheram o questionário disseram sim, muito, que este problema é grave dentro da comunidade.

Outros problemas, vividos principalmente nos centros urbanos, como doenças sexualmente transmissíveis (49% não sabem,

48% afirmam que não há), drogas (57% não sabem, 28% não há), prostituição de mulheres (47% não sabem, 43% não há) ou prostituição infantil (59% não há, 37% não sabem) são praticamente inexistentes no interior da comunidade Xakriabá. Os participantes indígenas apenas demonstraram conhecimento destes problemas e preocupação com o que pode acontecer.

É evidente que uma sociedade indígena que produz estes índices de equilíbrio social tenha uma comunidade bem organizada em torno da escolha de seus líderes políticos (cacique/líderes comunitários) e representantes em assuntos de saúde e educação. Isso se confirma ao indagar no questionário se a relação entre a liderança e a comunidade é tranqüila: mais de 70% responderam que sim, muito (62%) e sim, pouco (19%).

Este resultado mostra que os atuais líderes agradam a maioria das comunidades Xakriabá. Tanto internamente quanto externamente, já fizeram e ainda incorporam o quadro de políticos do município de São João das Missões. Atualmente há uma expressiva presença indígena na política regional: são quatro vereadores e o prefeito José Nunes de Oliveira. Em legislações anteriores, quando São João das Missões ainda era distrito, outros indígenas foram eleitos vereadores, e o conhecido Rodrigues, antigo cacique, hoje falecido, chegou a ser o vice-prefeito do nascente município, quando o GT de identificação e delimitação da terra indígena Rancharia esteve pela região. No entanto, a chegada de um Xakriabá a uma prefeitura municipal é uma conquista inédita, fruto de um eleitorado formado de 2.700 eleitores indígenas e 1.700 eleitores não-indígenas. Um dos bons projetos listados pelo vereador Xakriabá Domingos Gonçalves de Alkimin, em entrevista com as antropólogas da Funai, foi a discussão

em torno da criação de uma secretaria de assuntos indígenas, de âmbito estadual. Na visão do vereador, este será um projeto de inclusão da questão indígena nos projetos do município de São João das Missões e do estado de Minas Gerais.

Embora 64% tenham respondido que ainda há muita discriminação e preconceito, é notório que os Xakriabá têm conquistado espaços outrora reservados somente aos não-índios, como é o caso do espaço nas universidades, haja vista reivindicações mais recentes de jovens Xakriabá que já concluíram o segundo grau e hoje pleiteiam bolsas de estudos para se manterem nas cidades enquanto cursam o nível superior.

A educação tem produzido bons resultados: 80% afirmam que há professores indígenas atuando nas escolas da comunidade (45% há muitos e 35% há poucos). Entretanto, as escolas indígenas deverão trabalhar pelo incentivo à cultura indígena, pois mais de 70% (40% sim, muito; 30% sim, pouco) opinaram que há dificuldades em manter a cultura de seu povo, assim como a sua própria religião (48%, 24% afirmou que sim, muito; 24% sim, pouco, há dificuldades) e língua nativa (51% sim, há muitas dificuldades; 24% sim, há poucas).

Pode-se afirmar, também, que a atuação de outras organizações governamentais e não-governamentais na região entre os índios, como o Conselho Missionário Indigenista – Cimi, a Secretaria de Estado da Educação e a Universidade Federal de Minas Gerais têm realizado um trabalho positivo na produção de conhecimentos, construção de escolas e fornecimento de equipamentos, principalmente observável na aldeia de Barreiro Preto, beneficiando muitas aldeias próximas. Os livros *Valorizando o*

*patrimônio cultural Xakriabá*, de autoria da segunda turma do curso de magistério para professores indígenas Xakriabá, 2000 a 2004, *O tempo passa e a história fica* (1998), uma iniciativa do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação de Minas Gerais, sob a coordenação da professora do curso de Letras Maria Inês de Almeida, e a consultoria da antropóloga Ana Flávia Moreira Santos, trazendo excelentes textos escritos por jovens Xakriabá sobre sua história recente, e o *Livro Xacriabá de plantas medicinais – Fonte de esperança e mais saúde* (1997) são alguns dos exemplos de uma parceria que muito tem produzido em favor da recuperação da cultura deste povo indígena. Os resultados são transparentes ao se indagar sobre a possível intervenção das missões na cultura indígena: 41% disseram que não há intervenção, 20% não sabem, 27% sim, pouco, e 12% disseram que sim, muito. Quanto à possível intervenção de pesquisas científicas na cultura indígena: 20% disseram que não há, 47% não sabem, 15% sim, muito, e 18% sim, pouco. O que mostra que as relações dos índios com estes parceiros de trabalho têm sido respeitadas e produtivas.

Os Xakriabá têm demonstrado uma grande capacidade de trabalho com outros grupos sociais, étnicos e entidades governamentais e não-governamentais. As fichas de avaliação entregues pela Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas no segundo dia de cada oficina para opinarem sobre o procedimento de trabalho são prova disso. Prevaleceu o elogio e a expectativa de que outras iniciativas desta natureza sejam realizadas pela Funai, tendo gostado sobretudo de experimentar algo muito novo, pelo menos em termos práticos, tanto para a Funai quanto para os índios, que é a atitude de se ouvir as comunidades antes de proceder a qualquer ação em seu interesse. Foram positivos ao comentar as

sessões de direitos indígenas conduzidas por Hilda Fajardo e que geraram produtivas discussões, como por exemplo sobre os aspectos de bem compartilhado e permanente da terra indígena, a necessidade de discutir questões de organização e relacionamento interno e o discernimento que possuem de que somente eles podem resolver seus próprios problemas, os avanços alcançados com os artigos constitucionais (231 e 232) e a Convenção 169 em face do Estatuto do Índio (1973), as legislações de educação, saúde e meio ambiente correlacionadas à questão indígena, o apoio da Funai tendo em vista seu funcionamento e atribuições na atual conjuntura. A experiência vivida sugere que seja repetida com profissionais de direito indígena e destinada especialmente aos líderes comunitários, acrescentando as sugestões indígenas ali registradas, como a apresentação de vídeos etnográficos e sobre a política indigenista (demonstraram, inclusive, interesse em saber como vivem outras populações indígenas ou tribais fora do Brasil), o aprimoramento dos questionários, tornando-os acessíveis à compreensão não só de professores, agentes de saúde e líderes comunitários, mas de toda a população indígena alfabetizada, e a tomada de mais registros, como a filmagem das apresentações dos grupos de discussão formados durante as oficinas.

A escolha dos locais seguiu as recomendações do cacique Domingos e das lideranças de Luizinho e Hélio, além da experiência de funcionários de Governador Valadares, como Eliete, que trabalhou muitos anos com o povo Xackiabá. As aldeias Pindaibas – primeira oficina; Barreiro Preto – segunda oficina; Rancharia – terceira oficina; e Brejo Mata Fome – quarta oficina, são localidades centrais a várias outras aldeias menores, atuando como focos de irradiação de redes de relações sociais.

Vale salientar que, na formação dos grupos de discussão, buscou-se (principalmente a partir da segunda oficina) agrupar pessoas de uma mesma aldeia ou aldeias próximas, de modo que o resultado, entregue por cada relator de grupo e lido em voz alta para toda a oficina após as discussões, fosse expressão dos problemas de cada aldeia ou aldeias próximas. Era esta a intenção das lideranças indígenas que prepararam o encontro, ou seja, que os representantes de todas as aldeias tivessem a oportunidade de participar, serem ouvidos, debater e terem seus problemas registrados.

Ao longo das oficinas, percebeu-se que, a cada oficina e a cada resultado das discussões de grupo, houve aspectos particulares de cada localidade e também pontos que são comuns a todas as comunidades.

Exemplo de situações particulares são as demandas relativas à educação e saúde, que variam em função da disponibilidade de edifícios, equipamentos e materiais colocados em cada localidade. Algumas aldeias, como Barreiro Preto, têm boa infra-estrutura em educação, enquanto em outras falta tudo, até mesmo o edifício básico, que às vezes funciona na casa do professor ou de um representante comunitário. Segundo informações prestadas pela enfermeira Rosa Lúcia C. de Oliveira, a aldeia Brejo Mata Fome possui um Pólo-Base mantido pela Funasa, com um quadro permanente de médico e enfermeiro. Já em outras aldeias, não há profissionais de saúde, remédios ou transporte para chegar a um posto de saúde. Por outro lado, há bons empreendimentos que ainda não estão sendo plenamente utilizados, como a Casa de Medicina Tradicional, localizada na aldeia de Barreiro Preto. A iniciativa é do Cimi e conta com o apoio de alguns índios interessados. O ideal é que este projeto fosse

acompanhado por profissionais da Funasa e tivesse a colaboração da comunidade, afinal 27% disseram que há muitos curandeiros ou preparadores de remédios e 46% disseram que sim, há pouco.

Exemplo de demanda expressiva de toda sociedade Xakriabá é a carteira de identidade indígena emitida pela Funai, que não tem sido respeitada como documento legítimo por algumas autoridades e instituições municipais e estaduais. As demandas fundiárias e as ambientais são também de interesse geral.

As demandas fundiárias foram encaminhadas por grupos específicos que não dispõem de terras, seja porque se afastaram há alguns anos da região, em busca de alternativas melhores de emprego e aumento da renda familiar, seja por razões internas ao grupo, motivadas por desavenças familiares ou pressionados a fugir por intimidações de terceiros. O certo é que toda reivindicação fundiária tem como fundamento a mesma origem étnica e história de constituição da TI Xacriabá e da TI Rancharia. Como dito acima, em duas oficinas foram apresentadas reivindicações fundiárias. Em Pindaíbas, onde o problema está relacionado à falta de terrenos para cultivo e de água para manter as criações, a demanda deve ser entendida como uma questão fundiária e, ao mesmo tempo, ambiental. Em Rancharia, o problema fundiário volta a ser levantado por um grupo que, inicialmente, a programação das oficinas denominou como “desaldeados”, constando de aproximadamente 60 famílias. Eles reivindicam terras de Jequitibá e de Catito, sendo esta última referida no Relatório de Identificação e Delimitação de Rancharia, folhas 119 e 144 do Processo 0872/99, como uma das áreas indígenas que deveria ter sido incluída. Este é um problema exclusivamente fundiário, em particular, uma questão de revisão de

limites. A sugestão é que todas as reivindicações sejam vistas como áreas adjacentes a um só território e, essencialmente, como reivindicações de um mesmo povo indígena<sup>36</sup>.

Integrando o GT de identificação e delimitação da TI Xakriabá Rancharia, esteve atuante o responsável pelo levantamento ambiental, Mauro Grossi Araújo. Suas análises e sugestões estão nos capítulos III e IV do Relatório. Ainda que focalizando apenas a região de Rancharia, é válida para todo o território Xakriabá. Este técnico em ambientalismo sugere a implementação de um Programa de Manejo dos recursos naturais através de uma série de ações: esclarecimentos aos índios acerca da legislação ambiental, elaboração de um zoneamento econômico e ambiental, esclarecimentos sobre a necessidade de proteção dos corpos d'água por meio da manutenção da vegetação de suas margens, esclarecimentos sobre agrotóxicos, riscos da caça predatória, valorização de técnicas de agricultura ecológica e de controle natural de pragas, resgate da flora local para uso farmacêutico e alimentar, desenvolvimento da apicultura, plantio de reservas de madeira, prevenção e controle de incêndios, levantamento e registro de sítios arqueológicos, técnicas de reciclagem e controle do lixo doméstico<sup>37</sup>. Estas sugestões poderão ser verificadas *in loco* em um levantamento mais apurado das condições ambientais da terra Xakriabá pela Coordenação da Funai especializada no assunto.

Durante as oficinas era visível a preocupação dos índios com a situação ambiental de suas terras, a cada dia mais grave devido à redução da oferta de água potável e a extinção de depósitos de água(riachos, furados, brejos) para as criações de animais domésticos. Os índios têm consciência clara da gravidade do



problema e não são os responsáveis pela situação. Sua economia não teve e não tem grande impacto ambiental, estando voltada à produção de roçados, cuja produtividade é obtida com intercalação de descanso da terra. Do mesmo modo, a caça, a pesca, a coleta de mel, a retirada de madeira para fazer casas, utensílios domésticos e ferramentas de trabalho, sem outro destino a não ser o consumo familiar, não causam dano ambiental.

A partir de 1960, com a chegada dos não índios, a exploração comercial da madeira, a produção do carvão, a implantação da pecuária extensiva e da agricultura comercial foram os principais responsáveis pela destruição das matas nas margens dos rios, destruição das nascentes e decorrente desaparecimento de rios, lagoas e demais depósitos de água.

Em todas as oficinas, a queixa urgente, inadiável, era uma só, em relação à falta de água potável em várias comunidades e de água para uso no cultivo e criação de animais. Tudo isso tem acarretado redução de áreas de cultivo, maiores dificuldades de aquisição do alimento e subsequente necessidade de vender a força de trabalho em serviços sazonais nas plantações de cana-de-açúcar, em fazendas fora de Minas Gerais ou em serviços braçais (domésticos e construção civil) em grandes cidades como São Paulo<sup>38</sup>.

Alguns contam que, em 1986, o valoroso vice-cacique, Rosalino Gomes de Oliveira, não teve medo de morrer em luta pela terra, afirmando que seu sangue serviria como adubo para a mesma. Em 29 de setembro de 2005, no encerramento das oficinas, o seu filho, o cacique Domingos Nunes de Oliveira, dirigiu-se à Funai, por intermédio da equipe da CGEP e da Administração de Governador

Valadares, conclamando-os a juntar-se aos Xakriabá em um projeto em prol da recuperação e proteção das nascentes. Agradeceu a escolha de seu povo para o início dos diagnósticos, elogiou a iniciativa de aproximar-se dos índios de forma democrática e inovadora<sup>39</sup> e pediu que a presença da Funai se fortalecesse com a nomeação de um chefe de posto que fosse preferencialmente de origem indígena. Ao tomar a palavra, o Administrador da Funai em Governador Valadares, Waldemar Adilson Krenak, expressou igual contentamento por estar assistindo a uma mudança significativa no indigenismo brasileiro, ou seja, colocando em prática um trabalho a partir do que os índios desejam e necessitam. Segundo o administrador, que é um índio Krenak, na verdade este não é um projeto da Funai e sim uma conquista dos índios.

## Notas

<sup>1</sup>Este artigo foi originalmente a introdução do relatório que registra os resultados das oficinas preparadas pela Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas reunindo representantes de todas as aldeias do povo indígena Xakriabá. O evento ocorreu entre os dias 21 e 29 de setembro de 2005. Contou com a colaboração da Administração Executiva Regional de Governador Valadares e foi custeado com recursos do PPA de 2004/2007 destinados à CGEP. O propósito foi obter um diagnóstico dos problemas vivenciados pelos Xakriabá, sendo este o projeto-piloto de uma série de oficinas que a CGEP pretende realizar com os povos indígenas. Participaram de sua organização Luzia Lima da Silva, Hilda Carla Barbosa Fajardo, Rita Heloísa de Almeida, todas da CGEP. Da AER de Governador Valadares participaram Oswaldina Salomar Ferraz Rocha e Eliete Xavier da Oliveira, além de duas lideranças indígenas, Luis Mauro Dourado e Hélio Fernandes de Oliveira. O projeto de promover oficinas nas aldeias para incentivar a discussão comunitária dos índios sobre suas questões, mediante pesquisa de opinião e produção de trabalhos escritos e desenhados, é de iniciativa e organização de Luzia Lima da Silva. Nosso agradecimento ao Presidente da Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira Gomes, e ao Coordenador-Geral de Estudos e Pesquisas, Cláudio dos Santos Romero, pelo apoio à revitalização da atividade de pesquisa dentro do órgão indigenista.

<sup>2</sup>A autora é mestre em antropologia social pela UnB e doutora pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente trabalha na Coordenação de Estudos e Pesquisas da Fundação Nacional do Índio.

<sup>3</sup>De acordo com a listagem dos nomes dos povos indígenas no Brasil, organizada por Maria Elizabeth Brêa Monteiro e Maria Irene Brasil, há outras formas de grafia do nome da etnia: Chicriabá, Chikriabá, Šakriabá, Xacriabá, Xikriabá. *Boletim do Museu do Índio*, Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio, n.8, 1998, p. 68. Consultou-se, também, Rodrigues em *Línguas Brasileiras*, São Paulo, Loyola, 1986.

<sup>4</sup>LOWIE, Robert. *The Northwestern and Central Ge. Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, 1946. v. I, p. 478 *apud* MARCATO, 1978, p. 396.

<sup>5</sup>MELATTI, Julio Cesar. *Índios do Brasil*. São Paulo – Brasília: Edunb/Hucitec, 1993, p. 31-46.

<sup>6</sup>RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 64.

<sup>7</sup>SAINT-ADOLPHE, J.C.R.Milliet de. *Diccionario geographico historico e descriptivo do Império do Brasil*. Tradução de Caetano Lopes de Moura. Paris: Aillaud, 1845. 13 – I, p. 268 *apud* MARCATO, Sônia de Almeida. Remanescentes Xakriabá em Minas Gerais. Arquivo do Museu de História Natural, UFMG, 1978, v. III, p. 396.

<sup>8</sup>CASAL, Aires. *Corografia Brasílica* (fac-simile da edição de 1817). Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro/Imprensa Nacional,[1817]1945, 2, I, p. 354 *apud* MARCATO, 1978, p. 396.

<sup>9</sup>EHRENREICH, Paul. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, tomo VIII, 1892, 3, 38 *apud* MARCATO, 1978, p. 396.

<sup>10</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944[1819], 2 v., p. 354 *apud* MARCATO,1978, p. 397.

<sup>11</sup>Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju, edição fac-similar, editado em colaboração com o Ministério da Educação e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2002.

<sup>12</sup>PARAÍSO, Maria Hilda B. Laudo antropológico: identidade étnica dos Xakriabá. 1987, p. 19 *apud* SANTOS. Xakriabá: Identidade e História. Brasília, DAN/UnB,1994, p. 5.

<sup>13</sup> “Aldeia supostamente Caiapó, localizada próxima ao que é hoje o Brejo do Amparo, vizinha à cidade de Januária”. Schettino, Processo 0872/99, fls.70. Cabe informar que o Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xakriabá Rancharia – MG foi elaborado por Marco Paulo Fróes Schettino em colaboração com Cloude de Souza Correia, Mauro Grossi Araújo e Mitzi Brandão. Este relatório encontra-se anexado ao Processo 0872/99.

<sup>14</sup>SANTOS, Ana Flávia Moreira. Xakriabá: identidade e história. Relatório de Pesquisa. DAN - UnB, 1994, p. 5.

<sup>15</sup>*Id., ibid.*

<sup>16</sup>SCHETTINO, Marco Paulo. Resumo do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xakriabá Rancharia – MG, Processo 0872/99, fls. 332.

<sup>17</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia e EDUSP, 1975, p. 340 *apud* SCHETTINO, Processo 0872/99, fls. 67.

<sup>18</sup>SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, 1975, p. 34 *apud* SANTOS, 1994, p. 6.

<sup>19</sup>SENNA, Nelson de. Anuario Histórico-Chorographico de Minas Geraes. Ano VI, Verbete LXXXIII, Município de Januária. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, 1912, p. 483 *apud* SCHETTINO, Marco Paulo. Processo 0872/99, fls.34.

<sup>20</sup>SAINT-HILAIRE, 1975, p. 143 *apud* SANTOS, 1994, p. 7.

<sup>21</sup>SANTOS, 1994, p. 8-9.

<sup>22</sup>Processo 0872/99, fls.31.

<sup>23</sup>Testemunha deste período, Pe. Geraldo, pároco de Itacarambi, assim observa a situação: “É interessante saber que os Xakriabá toda a vida tinham esta abertura. Lá na área eles aceitavam todo mundo. Nunca eles eram uma tribo fechada, não é? Muito tempo as pessoas que lá chegaram, eles aceitaram[...]”. Entrevista em Itacarambi, dezembro de 1996. Processo 0872/99, fls.75.

<sup>24</sup>Processo 0872/99, fls. 78.

<sup>25</sup>Além destes argumentos em torno das forças e interesses agrários em questão, Schettino e Correia não mencionam artigos da Lei n.º 601 de 18/9/1850 (Artigo 12) e do Decreto n.º 1.318 de 30/1/1854 (Artigo 98), os quais, respectivamente, estabeleceram a obrigação do governo imperial reservar terras devolutas para colonização de índios e de diretores fazerem a declaração para fins de registro de terras possuídas por índios.

<sup>26</sup>Certidão de registro de posse, Processo 0872/94, fls. 79. Segundo Schettino, este é o primeiro testemunho documental da presença indígena na região, compreendida entre os cursos do riacho Itacarambi e do rio Peruaçu. Observem que Eugênio Gomes pode ter sido um Diretor Geral de Índios ou um Diretor da aldeia de São João das Missões que cumpriu a obrigação de registro prevista na Lei n. 601 de 1850 e no Decreto 1.318 de 1854, que a regulamenta. Observem que o registro ocorre dois anos depois do Decreto 1.318.

<sup>27</sup>Processo 0872/99, fls. 81-85.

<sup>28</sup>“Registram em 22 de março de 1930 no Cartório e Registro Civil de Itacarambi duas procurações, uma de cunho abrangente, assinada por 76 sucessores dos índios de São João das Missões, constituindo o advogado João Moreira de Castro e a outra, assinada por 90 membros da comunidade indígena, tratava da Fazenda Sumaré.” Em ambos o advogado deveria intentar ação contra todos aqueles que invadiram os terrenos deles outorgantes. Processo 872/99, fls. 87.

<sup>29</sup>Grifos do autor. Processo 0872/99, fls.100.

<sup>30</sup>Processo Funai/Bsb/4108/78, p. 56-78 *apud* Schettino, Processo Funai/Bsb n° 872/99, fls.109.

<sup>31</sup>Paraíso, Maria Hilda Barqueiro. Processo Funai/Bsb/4108/78, fl. 421 *apud* Schettino, Processo Funai/Bsb 872/99, fls.110.

<sup>32</sup>Mancin, J.J., Proc. Funai/Bsb/2075/79, fl.115 *apud* Schettino, Processo 0872/99, fls.111.

<sup>33</sup>Schettino, Marco Paulo Froés. Relatório de levantamento prévio da demanda por revisão de limites das duas terras indígenas Xakriabá e Xakriabá Rancharia – MG, Processo 872/99, fls.428-436.

<sup>34</sup>Decreto n.º 4.645, de 25 de março de 2003, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio – Funai.

<sup>35</sup>Em entrevista com Rosa Lúcia C. de Oliveira, enfermeira do Pólo-Base de Brejo Mata Fome, onde está situado o posto indígena da Funai, esta informou que é provável que a população total Xakriabá esteja atingindo o número de 7.031. Tal estimativa deve estar incluindo a população Xakriabá dispersa nas cidades e fazendas. O Instituto Socioambiental informa que no ano de 2000 foi levantado um total da população Xakriabá em torno de 6.000 índios ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)). O Cimi indica que a população total Xakriabá está em torno de 5.599 ([www.cimi.org](http://www.cimi.org)). A Funai informa o número da população indígena total de Minas Gerais que é de 7.338, sem indicar, todavia, a população Xakriabá ([www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)). Neste trabalho foi adotado o dado fornecido pela Funasa, ou seja, 5.753 pessoas.

<sup>36</sup>Processo 872/99, fls.428-438.

<sup>37</sup>Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá Rancharia. Processo 0872/99, fls.152-155.

<sup>38</sup>Idem, fls. 124-135. Vale comentar uma informação noticiada no Correio Braziliense de 4 de dezembro de 2005, página 15, sobre a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito pela Assembléia Legislativa de São Paulo, para investigar as condições do trabalho rural nas plantações de cana-de-açúcar no interior deste estado. A CPI iria apurar “as subcontratações, a insalubridade, o trabalho infantil e o possível trabalho escravo”. Estas condições vêm causando inúmeras mortes de lavradores vindos principalmente de Minas Gerais. Afirma o jornal que esta migração já é “uma tradição de mais de 50 anos”. Além de Minas Gerais, há migrantes vindos do Maranhão, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Na época da safra, estes migrantes deixam suas famílias se dirigindo ao estado de São Paulo, onde passam a viver em alojamentos ou casas alugadas pelos empreiteiros, começando aí um percurso de endividamento que irá cercar a liberdade de ir e vir até que consigam quitar suas dívidas. Este pode ser o itinerário de muitos Xakriabá que saem da terra indígena fugindo de condições ambientais adversas em busca de condições melhores de vida.

<sup>39</sup>Vale destacar que este trabalho de propiciar a discussão interna das comunidades indígenas sobre seus problemas e necessidades, mediante a realização de oficinas e seminários, vem sendo feito há algum tempo pela Coordenadora Geral de Educação, Maria Helena Sousa da Silva Fialho, e, em especial, por Helena de Biase, junto a adolescentes indígenas. As conferências regionais dos povos indígenas e a Conferência Nacional dos Povos Indígenas, organizadas pela Funai e realizadas em 2005 e 2006 seguem na mesma direção.

#### Referências bibliográficas

LOWIE, Robert H. The Northwestern and Central Ge. In: *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, 1946. v.1. p.477-517

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MARCATO, Sônia de Almeida. Remanescentes Xakriabá em Minas Gerais. *Arquivos do Museu de História Natural – UFMG*, Belo Horizonte, v.3, p.391-426, 1978.

MELATTI, Júlio César. *Índios do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.

SCHETTINO, Marco Paulo Froés; CORREIA, Cloude de Souza. *Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá Rancharia*. (Processo FUNAI 0872/99).

\_\_\_\_\_. *Relatório de levantamento prévio da demanda por revisão de limites das duas terras indígenas Xacriabá e Xakriabá Rancharia – MG*. (Processo FUNAI 872/99).

\_\_\_\_\_. *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá Rancharia – MG*. (Processo FUNAI 0872/99).

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. *Do terreno dos cablocos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. *Xakriabá: identidade e história*. Brasília, UnB, 1994. (Série Antropologia, 167)

[www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

[www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br)

[www.socioambiental.org.br](http://www.socioambiental.org.br)

